

V ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E GÊNEROS – GEPEM
19 a 21 de novembro de 2019
Universidade Federal do Pará (UFPA)

AT2: Gênero, Cidadania e Participação Política

EXISTE GESTÃO SOCIAL NA MARCHA DAS VADIAS?

Déborah Araújo; Natália Maia; Angela Steward
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF/UFPA)

Resumo

O artigo tem como objetivo principal analisar a incidência da gestão social nas ações protagonizadas por mulheres inseridas na marcha das vadias, partindo do pressuposto de que a gestão social valoriza a participação da sociedade nas tomadas de decisões sociais e políticas. Este trabalho é de cunho qualitativo e consiste na revisão bibliográfica de artigos já publicados sobre teoria da gestão social, pelos movimentos sociais e feministas e da marcha das vadias. Os principais resultados são: i) a gestão social não incide na marcha das vadias, e ii) a gestão social busca o empoderamento no sentido de resgatar o interesse político da sociedade. Consideramos que o tema é importante para os debates acadêmicos através de uma visão interdisciplinar, principalmente porque a participação política das mulheres está presente em todas as áreas do conhecimento.

Palavra-chave: Marcha das Vadias, Gestão Social, Participação Social e Política.

Abstract

The article aims to analyze the incidence of social management in actions spearheaded by women inserted. The study assumes that concepts of social management value society's participation in making social and political decisions. This work uses a qualitative approach and consists of bibliographic review of articles published on the theory of social management, social movements and feminism and the movement called Slutwalk. Main results include: i) social management does not address the Slutwalk movement, and ii) social management seeks empowerment in order to bring back society's political interest. We argue that the issue is important to academic debates due to its interdisciplinary approach given that the political participation of women is present in all areas of knowledge.

Keyword: Slutwalk, Social Management, Social Participation and Policy.

INTRODUÇÃO

A partir da redemocratização do país, após a Constituição Federal – CF de 1988, novos mecanismos de controle do poder público surgiram, redefinindo os conceitos da administração pública. Com essa redefinição a sociedade passou a participar de forma mais assídua nas ações da administração pública, emergindo um novo modelo de participação conhecida como gestão social, que vem sendo discutida por diversos autores. Esse modelo valoriza a participação da sociedade nas tomadas de decisões sociais e políticas, fomentando a emancipação de cada indivíduo e proporcionando o empoderamento da sociedade através dos conhecimentos e práticas dessas ações, a fim de serem os verdadeiros protagonistas da história.

Para que houvesse uma maior representatividade da sociedade, os movimentos sociais surgem como agentes de promoção das lutas sociais e coletivas através das demandas existentes, quer seja por melhores condições de vida, direitos sociais, acesso a moradia, serviços públicos eficientes, entre outros (GOHN, 2008). Nesse sentido, a gestão social promove as mobilizações nas redes de movimentos sociais favorecendo a criação e implementação de políticas públicas, através da participação social.

Dentre a gama de movimentos sociais existentes mundialmente, há os movimentos de mulheres, que surgem a partir dos anos 70 com o objetivo de buscar o respeito, igualdade, inserção da mulher no mercado de trabalho entre outros. Desde o ano de 2011 um movimento feminista específico vem ganhando força, a marcha das vadias. Tendo seu início no Canadá, esse movimento tem se disseminado por outros países defendendo o direito de autonomia e liberdade, destacando um posicionamento político contra a cultura de estupro (*Rape Culture*), mobilizando a sociedade através das redes sociais, tornando esta ferramenta importante para a promoção desse movimento. Diante dessa mobilidade de movimentos envolvendo mulheres, nos questionamos: a gestão social incide nas ações protagonizadas por mulheres inseridas na marcha das vadias?

Buscando responder esse questionamento, o artigo tem como objetivo principal analisar a incidência da gestão social nas ações protagonizadas por mulheres inseridas na marcha das vadias, partindo do pressuposto de que a gestão social valoriza a participação da sociedade nas tomadas de decisões sociais e políticas. Como forma de organização do artigo, ele está dividido em duas partes: a primeira esta relacionada com a discussão teórica da gestão social e do objeto de estudo; e, na segunda parte relacionamos a teoria com o objeto estudado.

A abordagem metodológica deste trabalho é de cunho qualitativo, e consiste na revisão bibliográfica de artigos já publicados sobre teoria da gestão social, perpassando pelos movimentos sociais e feministas e culminando na marcha das vadias. A coleta e análise de

dados foi realizada no intuito de conhecer mais sobre o assunto, sendo fundamental para construir os resultados e identificar como esta participação social e política tem sido trabalhada dentro da abordagem feminista.

GESTÃO SOCIAL: percepções iniciais

A Administração Pública pode ser analisada através de três modelos, a saber: (1) Modelo Patrimonialista guiado pelos interesses pessoais dos gestores nas tomadas de decisões; é considerada uma gestão pouco eficiente para as políticas públicas, não havendo empenho para com os interesses da sociedade; (2) Modelo Burocrático nasceu com o objetivo de proteger o Estado contra a corrupção e o nepotismo que existia no modelo anterior; e, o (3) Modelo Gerencial que nasce com as ideias de descentralização e flexibilização administrativa tendo como características “a orientação para o cidadão, busca pela obtenção dos resultados, descentralização do poder decisório entre outros” (SANTOS, 1994).

A evolução do processo democrático na sociedade brasileira embasa este estudo por ser um tema de grande valia para os debates teóricos. Sendo assim, a participação social na esfera pública movimenta e proporciona ao cidadão a exercer seus direitos e deveres na sociedade em que está inserido.

Partindo desse entendimento, na década de 1990 o professor Fernando Guilherme Tenório insere no âmbito científico a relação com gestão social e menciona:

“ (...) a pessoa, ao tomar ciência de sua função como sujeito social e não adjunto, ou seja, tendo conhecimento da substância social de seu papel na organização da sociedade, deve atuar não somente, eleitor, mas como uma presença ativa e solidária nos destinos da sua comunidade” (TENÓRIO, 1998).

Ou seja, o cidadão, seja ele de que gênero for, deveria participar ativamente e efetivamente nas ações protagonizadas pelos demais sujeitos sociais pertencentes a sociedade como forma de desempenhar seu papel de sujeito político.

A gestão social é um termo em grande discussão, por este estar sendo empregado em diversas situações e contextos distintos. Nesse sentido, Pimentel e Pimentel (2010) elencou sete princípios para a formação da gestão social, onde: (1) o objetivo é o interesse coletivo; (2) o valor da gestão social é o interesse público; (3) a lógica instrumental é subordinada ao processo decisório deliberativo; (4) o protagonismo é da sociedade civil organizada, envolvendo todos os atores sociais envolvidos em determinada ação; (5) o processo deve ser participativo, dialógico e consensual; (6) através da argumentação livre é que a deliberação coletiva acontece; e, (7) as formas de pensar e operacionalizar é através das redes e parcerias.

Muito embora Pimentel e Pimentel (2010) mencionem várias categorias teóricas para

a formação de um conceito, Pinho (2009) critica a gestão social, uma vez que na prática chega-se a um consenso, enquanto que na teoria não há acordo sobre sua representatividade entre vários autores. De acordo com Pinho (2009) e Cançado (2011) a gestão social não consegue chegar a uma concordância teórica gerando ambiguidade no termo, podendo ser denominada de “gestão do social” (PINHO, 2009). No sentido de Pinho (2009), entende-se que quem controla as ações, através das articulações e mobilizações, é a própria sociedade. O que na prática não acontece.

Boullosa e Schommer (2008) trabalham a Gestão Social voltada para o social, mas possui um sentido amplo, gerando ambiguidade conforme comenta Pinho (2009), pois diversas práticas sociais estão inseridas, apesar do sentido abrangente a sociedade ainda é protagonista.

Para haver gestão social é preciso um lugar físico, público, onde as pessoas se encontrem para deliberar sobre as necessidades e o futuro da localidade ou grupo específico. Porém, muitos não entendem que a democracia não se limita ao espaço e ao direito de participar, mas em participar efetivamente, onde há o dever de participar (CANÇADO, PEREIRA; TENÓRIO, 2015).

Há uma ressalva quanto a participação, deve-se observar se de fato ocorre a cidadania deliberativa ou se a representativa prevalece, nesse último caso a qualidade da ação é questionada (CANÇADO, PEREIRA; TENÓRIO, 2015), pois em determinada situação pode ocorrer de o número de pessoas ser grande, tornando-se necessário um representante para expor as ideias do todo. A representatividade pode não ser o reflexo completo do grupo que se está representando.

O protagonismo social é a essência da gestão social e permite que parcelas da sociedade se articulem e mobilizem-se em prol de uma causa. Os movimentos sociais, invertendo a lógica do poder dominante, onde claramente notava-se uma verticalização por parte do poder político que existia por volta dos anos 1980 (HAMEL, 2009) é o retrato de formação de grupos, onde classes menos favorecidas e/ou oprimidas ganharam vez e voz nas discussões oriundas de suas manifestações.

Nesse contexto, Pinho (2009) mostra que o grande desafio para haver participação social é a falta de conhecimento técnico da sociedade, perpetuando a desigualdade da classe mais baixa que é a grande maioria no Brasil. O autor menciona ações que devem ser tomadas, como a capacitação de entidades, movimentos, grupos e não somente o representante do movimento, porque a rotatividade deste é grande dentro dessas organizações civis.

Santos (1994) faz uma dura análise sobre o indivíduo que não se insere em grupos sociais. Esse indivíduo tenta fugir das malhas organizacionais de partidos, movimentos, sindicatos buscando refúgio no isolamento tentando retornar ao estado de natureza, conduzindo ao enfraquecimento dos direitos conquistados de um todo através da participação.

Desta forma, torna-se difícil promover um diálogo igualitário entre sociedade-Estado inviabilizando o desenvolvimento da gestão social.

Movimento de Mulheres

A sociedade ao longo da história vem passando por diversos problemas sociais, e a partir desses problemas surge diversos movimentos sociais com objetivos de sanar essas questões e assim obter a inclusão social. Na visão de Hamel (2009) através dos movimentos sociais é promovida a democracia participativa, uma vez que os movimentos é uma forma de reivindicar seus direitos.

Direitos esses que por anos não foram concedidos para as mulheres, um exemplo disso ocorreu na idade média onde as mulheres não exerciam sua cidadania, pois não tinham direito a voto. Para Silva e Camurça (2013), na década de 70 iniciaram os movimentos de mulheres que lutavam contra as desigualdades sociais, exploração, opressão entre outras desigualdades e problemas sociais, iniciando uma luta árdua pela busca de seus direitos.

Através desses movimentos sociais há uma quebra na visão de uma sociedade patriarcal, onde esses movimentos de mulheres começam a ganhar força no Brasil, favorecendo o público feminino quanto aos direitos de igualdade, respeito e justiça (HAMEL, 2009; SILVA; CAMURÇA, 2013).

No entanto, é notável a existência de conflitos de ideias em relação aos movimentos de mulheres e movimentos feministas, onde na percepção das autoras Silva e Camurça (2013) um complementa o outro, uma vez que os movimentos feministas são formados por mulheres. Um exemplo de movimento feminista é a marcha das vadias, que de acordo com Galetti (2014), teve início em 2011 e lutavam contra atos machistas e diversas violências, buscando o engajamento de mulheres em prol dessas causas.

A marcha das vadias começou no Canadá e hoje atinge vários países. Essa denominação “vadia” é um singular ao estereótipo de culpar as mulheres agredidas, devido a sua forma de se vestir (GALETTI, 2014; VALENTE; MARCINIK, 2014). Esse movimento surgiu como resposta ao comentário de um policial, que defendia a ideia que mulheres com vestimentas provocantes, são responsáveis pelos abusos e assédios sofridos (GALETTI, 2014; MARTINI; PUHL, 2015).

Para Silva e Camurça (2013) os movimentos feministas propõem a transformação da vida das mulheres e a sociedade como todo. No entanto Gomes (2013) relata que alguns movimentos de mulheres negras não participam da marcha das vadias, devido obterem visões diferentes, pois assumirem-se vadias nos protestos tem um impacto negativo maior, do que para as mulheres brancas. Uma vez que, para as mulheres brancas o termo vadia é reconfigurado em liberdade e autonomia enquanto que para as mulheres negras o termo é

totalmente o contrário, devido a sua longa história de submissão aos senhores desde o período colonial escravista.

Por isso as críticas de alguns movimentos de mulheres negras quanto à marcha das vadias ter objetivos universais, quando na verdade esse movimento é formado em grande parte por mulheres brancas e de classe média, sem levar em consideração a interação de raça e gênero e como isso irá afetar negativamente as mulheres negras.

Nesses movimentos, existe uma participação mínima do sexo masculino em prol da causa feminina (GOMES, 2013; SIMONETTI, 2013). Dessa forma, a maior incidência nesses movimentos é com participação de mulheres. Então, no que tange a essa causa ainda há muito o que fazer, principalmente ter o apoio masculino que é fundamental e trabalhar coletivamente, com objetivos universais para que esses movimentos venham obter êxito.

A gestão social incide no movimento marcha das vadias?

Conforme análise realizada, a gestão social incide no movimento de mulheres, pois este encontra-se organizado, articulando e mobilizando ações em prol de objetivos que beneficiarão o coletivo. Entretanto, a gestão social não incide no grupo feminista marcha das vadias, tendo em vista que estes grupos não participam de forma amistosa em ações promovidas pelo Estado. Reiteramos que a gestão social privilegia a tomada de decisão coletiva, afim de proporcionar o bem coletivo sem eliminar ou discriminar qualquer outro grupo.

Para Brito (2014) os processos do papel social da mulher, quanto à participação na vida política e econômica vêm acontecendo gradativamente, para a consolidação desses direitos é necessário a participação de diversos atores sociais, que busca igualdade e equidade, dando origem aos movimentos sociais feministas voltadas para a questão de gênero.

Em uma mobilização que ocorreu durante muito tempo, em Rio Branco no Acre, promoveu a implantação da “Casa Rosa Mulher”, local que atende mulheres vítimas de violência. Conforme Farah (2004), o processo iniciou na década de 1980 com a constituição de um movimento de mulheres, em 1992 o movimento formulou propostas para que fosse criado o abrigo. Após todo o processo, em 1994 foi criado a “Casa Rosa Mulher”.

De acordo com a abordagem realizada por Farah (2004) isso só foi possível pelo fato de ter ocorrido mobilizações de movimentos e organizações de mulheres. Observa-se a importância de haver mobilizações através da organização social de representação para alcançar objetivos para o coletivo, neste caso a incidência de um movimento é perceptível.

Dessa forma, reiteramos que no grupo da marcha das vadias não ocorre incidência da gestão social, haja visto que de acordo com Gomes (2013) esse grupo não está inserido e nem pretende possuir vínculo com qualquer tipo de coletivo. Para que ocorresse a incidência

seria necessário que os objetivos fossem em benefício do coletivo (incluindo todos os grupos de mulheres, seja ele de negras, evangélicas ou qualquer outro), pois se as ativistas se autodenominam “autônomas” não há como ocorrer gestão social.

Já na visão de Salloum e Valente (2014) a marcha das vadias, traz uma nova visão da figura mulher, onde as mesmas têm direitos a proteção e autonomia, direito estes constituído em lei. Um exemplo é o caso da lei Maria da Penha, que foi uma grande conquista na luta das mulheres, lei que levou a discussão e elaboração de políticas públicas. No entanto a luta é constante e é através da gestão social somada a utilização de mídias sociais nos movimentos de mulheres que os debates se potencializam.

Em uma versão da marcha das vadias em Belém do Pará, ocorreu algo incomum. O objetivo geralmente é a extinção do pensamento machista, mas nessa edição o objetivo foi alterado para um pensamento que respondesse as demandas mais práticas. Ocorreu na versão belenense trabalhos de conscientização nas escolas retomando o que geralmente é incumbido ao Estado realizar, destacando que na democracia participativa a sociedade também é gestora, atuando junto ao governo (ALMEIDA, 2011).

O caso relatado, que ocorreu em Belém, citado no trabalho de Almeida (2011) não garante que o pós-marcha irá acontecer desse modo, lembrando que a marcha é de caráter mobilizador, mas que não possui estrutura suficiente para manter ações após as realizações das marchas.

Brito (2014) ao participar de uma marcha pode observar algumas reações da parte da sociedade, pois enquanto algumas apoiavam com aplausos, outros vaiavam mostrando uma indignação a suas ideologias. A marcha das vadias, não trabalha com documentos, reivindicando suas ideologias, pelo contrário seu foco é chamar a atenção das autoridades e sociedade através de cartazes e mensagens pelo corpo (BRITO, 2014).

A autora faz uma análise quanto à manifestação de ideias pela marcha das vadias no estado da Bahia, onde manifestar ideias não é algo simples, pelo contrário isso é complicado porque vai além de apresentar e reivindicar, envolve o convencimento de toda uma sociedade inclusive o sistema político. No entanto, em outras cidades como no Rio de Janeiro a marcha das vadias, em algumas ocasiões agiram de forma ilegal, ao realizarem a manifestação quebrando imagens da igreja católica, indignados com os dogmas da igreja. Arenas públicas devem ser espaços acessíveis a todos, sem restrição, e sem oposições, onde os atores trabalham conjuntamente.

Muito embora a marcha das vadias seja um grupo e não um coletivo, conforme Gomes (2013) esclarece, e mesmo assim querem lutar contra a violência sexual e de gênero isso dificilmente ocorrerá. A relação horizontal e a inflexibilidade desse grupo e o fato de não instituírem uma liderança central pode custar caro as idealizadoras da marcha, pois só é

possível garantir a legitimidade de algo se este possuir uma relação solidificada com uma base para promover articulações e fortalecer o movimento.

Portanto, é preciso que se forme novos arranjos com a sociedade para que movimentos sociais, como o movimento de mulheres, possam estar presentes e permitam um diálogo com o governo para que através desse contexto os limites e as possibilidades de atuação desses movimentos ocorram, assim como pesquisas comprometidas a garantia de direitos sociais fortalecendo a gestão social (FERNANDES; MACIEL; CLOS, 2012).

CONCLUSÃO

Este trabalho propôs de forma sintética abordar o tema da participação social nos debates políticos, partindo do pressuposto de que a gestão social valoriza a participação da sociedade nas tomadas de decisões sociais e políticas. A gestão social busca o empoderamento no sentido de resgatar o interesse político da sociedade, tornando cidadãos protagonistas nas causas sociais. Diante disso, a mesma influencia na política brasileira consolidando a democracia participativa, promovendo o desenvolvimento social e político do país.

Um dos meios a promover a gestão social é através dos movimentos sociais que lutam em prol de uma causa, um exemplo desses movimentos é o das mulheres que busca conquistar seu espaço na sociedade. Uma novidade que vem acontecendo é o movimento feminista marcha das vadias que acontece em várias cidades do Brasil, seu maior aliado são as redes sociais, no entanto esse movimento traz muitas polêmicas quanto suas ideologias, por outro lado esse movimento ganha força entre mulheres jovens que defende a autonomia e liberdade do seu corpo.

A partir da análise, é notável a incidência da gestão social no movimento de mulheres, pois existe uma estrutura organizada articulando e mobilizando ações em prol de objetivos coletivos, onde há parceria entre organizações privadas e o Estado. Entretanto essa incidência não acontece na marcha das vadias, de forma que não existe e nem se pretende vincular-se a instituições públicas e privadas.

Para uma visão mais ampla e aprofundada é necessário à aplicação desse tema em uma região específica, pois, a partir de então será mensurado com mais precisão de que outra forma podemos detectar a incidência da gestão social em movimentos feministas. Consideramos que o tema é importante para os debates acadêmicos através de uma visão interdisciplinar, principalmente porque a participação política das mulheres está presente em todas as áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, V. M. S. A Marcha das Vadias e os efeitos da era digital na atuação política. 2011. Disponível em: <<http://200.144.182.130/celacc/sites/default/files/media/tcc/331-1014-1-PB.pdf>>. Acesso em 05 ago. 2016.
- BOULLOSA, R. F., SCHOMMER, P. C. Limites da Natureza da Inovação ou qual o Futuro da Gestão Social? In: Encontro Científico de Administração. Anais do XXXII EnAPAD. ANPAD, Rio de Janeiro, Brasil. 2008. Acesso em 06 ago. 2016.
- BRITO, C. C. Irreverência com consistência? A marcha das vadias - ssa na formação de arenas de políticas públicas de Gênero. 2014. 76 f. Trabalho de conclusão de curso (Tecnólogo em Gestão Pública) - Universidade Federal do Recôncavo Bahia, Cachoeira.
- CANÇADO, A. C. Fundamentos teóricos da gestão social. 2011. 315 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras.
- CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Fundamentos teóricos da gestão social. Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, v. 5, n. 1, p. 4-19, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/703/503>>. Acesso em: 04 mai. 2016.
- FARAH, M. F. S. Gêneros e políticas públicas. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, jan./abr., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692>>. Acesso em: 08 ago.2016.
- FERNANDES, R. M. C.; MACIEL A. L. S.; CLOS M. B. O perfil e a incidência do terceiro setor nas políticas públicas: a realidade gaúcha em análise. R. Pol. Pub., São Luís, v.16, n.1, p. 233-245, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=477>. Acesso em: 08 jul. 2016.
- GALETTI, C. C. H. Feminismo em movimento: A Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. 2014 pag. 2196- 2210. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/533/771>>. Acesso em: 04 ago. 2016.
- GOHN, M. G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. Caderno CRH, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=588>>. Acesso em: 04 ago. 2016.
- GOMES, C.C. Identidades em disputa nas marchas das vadias. 2013. Disponível em: <http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1020609_17_06_2015_01-06-01_3723.PDF>. Acesso em: 08 ago. 2016.
- HAMEL, M. R. Movimentos sociais e democracia participativa. Revista Espaço Acadêmico, n. 95. Ano VII. 2009. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/095/95hamel.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2016.
- MARTINI, J. L.; PUHL, P. R. Marcha das vadias: um movimento social na era da comunicação digital em rede. 10º encontro nacional de história na mídia. 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/historia-da-midia-digital/marcha-das-vadias-um-movimento-social-na-era-da-comunicacao-digital-em-rede/at_download/file>. Acesso em: 08 jul. 2016.

PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. Gestão Social: perspectivas, princípios e (de)limitações. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais - EnEO, 2010, Florianópolis (SC). Anais... Curitiba (PR): ANPAD, 2010. v. 1. p. 1-16. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2010/2010_ENEO418.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2017.

PINHO, J. A. G. Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In.: RIGO, A. S. et al. 2009. Disponível em: <http://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Gest%C3%A3o-Social_Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas_Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2016.

SALLOUM, G. C. VALENTE, T. Z. A “Marcha das Vadias” e os novos modos de ser mulher. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT9_Gisah%20C_%20Salloum.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2016.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Fronteiras do Estado Mínimo. Razões da Desordem. Rio de Janeiro. Rocco. 1994.

SIMONETTI, R. P. As pluralidades na identidade da Marcha das vadias de Londrina: narrativas de um sujeito masculino. Anais do XI Seminário de Ciências Sociais. 2013. Disponível em: <<http://www.dcs.uem.br/xiseminario/gtvii/a4.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

SILVA, C.; CAMURÇA, S. Feminismo e movimentos de mulheres. Recife: SOS Corpo, 2013. Disponível em: <<http://soscorpo.org/wp-content/uploads/Feminismo-e-Movimento-de-Mulheres-2013-2a-edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *RAP*, Rio de Janeiro: FGV, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7754/6346>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

VALENTE, T. Z. MARCINIK, G. G. As práticas de resistência da mulher e a “Marcha das Vadias”. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT9_Thaysa%20Zubek%20e%20Ge%C3%B3rgia%20Grube.pdf>. Acesso em 07 ago. 2016.bbb